

## **POLÍTICAS SOCIAIS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: CONCESSÃO OU CONQUISTA?**

Qelli Viviane Dias ROCHA\*

Raquel Santos SANT'ANA\*\*

- **RESUMO:** A construção social das relações de gênero tem se dado de forma a determinar a existência e a reprodução dos papéis masculino e feminino. Estes papéis têm atribuído às mulheres e aos homens, posições sociais excludentes e hierarquizadas. Ainda que a mulher tenha conquistado avanços significativos no campo dos direitos, persiste ainda como uma categoria social excluída, exigindo assim, o reconhecimento do problema como um problema de todos e, portanto, do Estado. Neste sentido, o artigo ora apresentado, trará algumas reflexões suscitadas a partir da pesquisa elaborada para a defesa do título de Bacharel apresentado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FHDSS (campus Franca) bem como da experiência propiciada junto ao coletivo de Gênero do MST (movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na região de Ribeirão Preto/SP através do NATRA (Núcleo Agrário Terra e Raiz) e do estágio no INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Neste sentido, buscará contribuir para o debate: Políticas Sociais: Concessão ou Conquista?
- **PALAVRAS CHAVE:** gênero. políticas públicas.

### **CONTEXTO:**

A pesquisa que ora se apresenta teve por objetivo a avaliação das políticas públicas no combate à violência doméstica de gênero na cidade de Campinas no período de 2000-2004. Este período foi escolhido, porque no momento, estava à frente da prefeitura municipal, uma mulher (Izalene Tiene/ vice-prefeita PT) que veio a ocupar o cargo após a morte do então prefeito eleito: Antônio da Costa (Toninho/ PT). A morte de Toninho teve repercussão nacional, pois se deu de forma abrupta e violenta. Na ocasião, falou-se de tentativa de assalto, conspiração ou ainda tentativa de

---

\* Possui Graduação em Serviço Social pela UNESP, especialista em Programas e Projetos Sociais pelo IFET, Mestranda do curso de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP. qelliviviane@yahoo.com.br. Tel. (34) 9160-5547.

\*\* Professora Livre-docente Titular do Departamento de Graduação e Pós-graduação da UNESP. Coordenadora do grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão de Questão Agrária (NATRA). Coordenadora do grupo de estudos Teoria Marxiana.

parar as reformas as quais ele propunha. Com a morte do prefeito Antonio da Costa, Izalene Tiene assumiu o governo municipal (2001), compondo assim, o quadro restrito das mulheres que fazem parte da elite política do Brasil. Avelar (2001, p. 72), citando pesquisa realizada pelo Instituto Gallup em 2000, publicada no *Estado de São Paulo* em 26.11.2000, disse: “As mulheres em cargos públicos teriam melhor desempenho em promover os direitos da mulher (84%), melhorar a educação (72%) (...)”. Assim, verificando esta pesquisa e aproveitando o cenário Nacional que contribuía para as iniciativas do governo federal nos tratados e convenções de combate e erradicação da violência doméstica contra a mulher, como a Conferência de Beijin no Cairo, e ainda de Belém do Pará; objetiva-se avaliar como na política local se dava o enfrentamento da violência doméstica através das políticas sociais.

Diante deste contexto, esta pesquisa de avaliação foi elaborada objetivando colaborar para o avanço das políticas de atendimento às mulheres na cidade de Campinas.

Esta pesquisa contou com a participação das entidades S.O.S Ação Mulher e família e o CEAMO (Centro de Referência e Apoio à Mulher).

O S.O.S Ação e Família, foi escolhida pelo seu histórico de luta desde a década de 80 no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Campinas. Surgiu da iniciativa da norte americana Sandra Shepard, juntamente com um grupo de amigas que discutiam a questão das mulheres; as formas de discriminação; pobreza e violência existentes e as possíveis saídas para essa situação. A não existência de delegacias especializadas e nem conselhos femininos e, uns poucos partidos que discutiam a participação da mulher era o pano de fundo deste período.

O CEAMO (Centro de Referência e Apoio à Mulher), se apresentou como resposta estatal às lutas, reivindicações e conquistas das mulheres na cidade de Campinas, e se caracterizou como referência de política pública específica para este segmento. O Centro de referência inaugurado em 2002 foi uma conquista das mulheres que se tornou realidade por meio da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão social. (Lei 10.984).

Este Centro de Referência conta com uma equipe de profissionais para acolher, atender e dar apoio jurídico; social e psicológico à mulher em situação de violência. Realiza

atendimento individual ou em grupos. A equipe também realiza oficinas nos bairros com o objetivo de trabalhar com a prevenção à violência contra mulher; sendo por isso, espaço de acolhimento, troca de vivências, conhecimento e informações sobre os direitos e resgate de sua cidadania.

Assim, foi possível avaliar o setor público estatal no combate e erradicação da violência, e a organização da sociedade civil quando da ausência do Estado. Para tanto, através destas entidades, formulou-se o levantamento e análise bibliográfica acerca do tema; observação participante e entrevistas.

### **PESQUISA:**

Foram escolhidos como sujeitos desta pesquisa, profissionais que atuavam nas entidades estudadas a partir do ano 2000, por serem estes mais próximos do cotidiano das vítimas (usuários), podendo responder sobre as instituições, bem como pela capacidade de avaliar as políticas públicas para mulheres vítimas de violência doméstica de gênero. Neste sentido, foram entrevistadas duas coordenadoras; sendo cada uma delas de uma instituição, e uma profissional de psicologia da entidade S.O.S Ação Mulher e Família. Esta última, foi escolhida por trabalhar na Instituição por aproximadamente vinte anos e pelo seu engajamento na construção de uma cidadania onde a mulher, liberta e autônoma, seja sujeito de sua própria história.

A Coordenadora (Psicóloga) do Centro de Referência que trabalha no atendimento psicológico e com as profissionais do setor jurídico, social e político, faz interfase com outras instituições representando o CEAMO. A coordenadora (Advogada) do S.O.S está nesta função desde 1997, desempenhando outras funções como coordenadora geral do departamento jurídico desta instituição. Assim, foram entrevistadas duas coordenadoras e uma profissional de psicologia do S.O.S que exercem funções neste desde 1984. Essa psicóloga treina os profissionais que irão trabalhar na entidade; supervisiona quais os atendimentos que serão feitos na mesma; subsidia, fomenta e elabora espaços de discussão, pesquisa e elaboração de trabalho; representando a entidade em outras instâncias. Entrou na Entidade em 1984 como voluntária e foi contratada em 1987. Saiu em 1997 e retornou em 2004.

## **METODOLOGIA:**

A pesquisa desenvolvida compreendeu três momentos, cuja correlação foi indissociável: a pesquisa bibliográfica, observação participante e a realização da pesquisa de campo, que compreendeu visitas, entrevistas e apresentação do projeto de pesquisa deste presente trabalho.

O objetivo deste trabalho foi analisar e avaliar as políticas públicas no combate e erradicação da violência doméstica de gênero no município de Campinas período 2000 a 2004. Para tanto, foi possível contar com o apoio das entidades S.O.S Ação Mulher e Família, e o CEAMO (Centro de Referência e Apoio à Mulher).

O levantamento bibliográfico se caracterizou pela leitura; fichamento; resumos; resenhas de textos; livros; cartilhas e material educativo (fitas de vídeos, panfletos, folderes, cartazes, etc.). Além disso, foi realizada a análise crítica de filmes referente ao assunto, bem como a apresentação de artigos científicos em congresso acerca do tema<sup>1</sup>. Todo o levantamento bibliográfico contribuiu para o aprofundamento acerca da pesquisa. A produção de vídeos, cartilhas, cartazes e folderes pelo governo federal foram de grande extensão, o que possibilitou acesso a dados mais recentes. Após esta atividade, foi realizado um levantamento acerca da existência de entidades de atendimento e apoio à mulher vítima de violência doméstica de gênero na cidade de Campinas.

Tendo já sido feita a escolha das entidades, deu-se o início dos contatos para a realização das visitas para reconhecimento das mesmas e a observação do funcionamento de cada uma delas. A observação consistiu na ação de perceber, tomar conhecimento, de fatos ou acontecimentos que ajudasse a explicar e compreender a realidade do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. Foi um processo mental e, ao mesmo tempo, técnico (SOUZA).

A partir da compreensão da realidade das entidades observadas, foi possível verificar como eram seus atendimentos; como se inscreviam na consolidação; criação e ampliação das

---

<sup>1</sup> As leituras sobre este tema iniciaram-se em 2002 e a ampliação acerca das questões equivalentes se deu através da bolsa PAE (Bolsa Auxílio ao estudante/ período 2005-2006). Atual: Bolsa Auxílio Extensão I  
*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 160-181, 2009*

políticas públicas, bem como a avaliação quando esta fosse necessária. É preciso salientar que, a escolha das entidades, se deu pelo seu processo de luta, reivindicação e conquista no avanço do debate sobre as políticas públicas. O S.O.S foi escolhido por ser uma entidade não governamental sem fins lucrativos que representou, e ainda representa, o universo de conquista das mulheres vítimas de violência no município de Campinas, num período em que o Estado se eximia da responsabilidade, se ausentava do debate e, de certa forma, legitimava essa situação de violência e opressão à qual se encontravam as mulheres. O CEAMO, por ser a transição de um Estado totalmente ausente, para um Estado mais participativo e até certo ponto, voltado para estas questões.

Para desvendar suas realidades, foi necessário, num segundo momento, estudar os aspectos físicos, culturais, econômicos e sociais das entidades, bem como dos seus usuários (as). Depois de realizado esta pré-pesquisa, foram agendadas visitas periódicas que possibilitariam o acompanhamento das instituições. Após as visitas, decidiu-se pelo método de entrevistas para a coleta de dados.

Para a efetivação das entrevistas, houve uma disposição quanto à apresentação do projeto de pesquisa deste trabalho. Apresentou-se a proposta de entrevista (para avaliação das políticas públicas no combate a violência) aos profissionais do S.O.S, para que estes pudessem, excluir ou incluir dados relevantes, e também para que pudessem atuar diretamente na pesquisa, uma vez que, busca-se através dela, contribuir para a ampliação, criação ou implementação das políticas públicas para esta demanda. Porém, quando da apresentação, contou-se apenas com a participação dos dirigentes e dos funcionários efetivos da entidade, de modo que não fora possível abranger, discutir e transformar o projeto, visto que estes participantes presentes avaliaram a estrutura da entrevista de forma positiva, não alterando e nem acrescentando nada. No CEAMO, apenas fora deixado o material (projeto da pesquisa para leitura e contribuição), porém não houve sugestão.

Em seguida fez-se um levantamento e coleta de dados sobre as instituições participantes da pesquisa: como se dava o atendimento dos usuários, quantas vezes por semana; com quantos profissionais as entidades contavam, se eram remunerados;

quantos casos atendiam na semana, mês e no ano; quantos destes casos eram reincidência e quantos eram novos casos; as características culturais, econômicas, escolares e sociais das usuárias; bem como se elas tinham consciência de que, o serviço prestado pela entidade não governamental (S.o.S) era um serviço público que deveria ser prestado pelo Estado, e que ainda, embora fosse uma ONG, prestava serviço ao município através de uma rede (de políticas públicas) tendo o município como subsidiário do atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica na cidade. Após esta coleta de dados, elaborou-se um roteiro de entrevista baseado numa amostragem intencional, ou seja, retirada através dos objetivos da pesquisa. Selecionadas as entidades, buscou-se profissionais que estivessem na entidade a partir do período analisado para que estes compusessem a amostra para a avaliação.

Sequentemente, as entrevistas foram aplicadas em uma coordenadora de cada entidade estudada, e numa profissional do S.o.S.

Na efetivação da entrevista para avaliação das políticas públicas, houveram dificuldades, pois grande parte dos profissionais é voluntária, como na maioria das entidades não governamentais e, muitos já não participam mais do corpo de funcionários (o voluntário muitas vezes não se compromete efetivamente com o trabalho desenvolvido, vendo-o, e entendendo-o como uma “retribuição social, num sentido assistencialista”, ou “benesse paternalista”. Acaba muitas vezes comprometendo o trabalho, quando não, contribuindo de forma indireta para retirada do mercado de trabalho, a mão de obra que deveria, se não, poderia ser remunerada, constituindo assim, uma terceira via que de certa forma desresponsabiliza o Estado. O Serviço Social tem debatido muito acerca deste tema. Não é consenso na profissão a regulação do Estado e nem sua desregulamentação. O que de certo modo é “hegemônico” é o comprometimento ético político do profissional com a transformação social).

Num último momento, fez-se a transcrição e a análise das entrevistas, dividindo-as por categorias de análise que, segundo (BARDIN, apud/Treviños 1994, p.160) é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obtermos indicadores quantitativos ou não, que permitam a

inferência de conhecimentos relativos às condições/ recepção (variáveis inferidas) das mensagens”.

Optamos pela pesquisa qualitativa por acreditarmos ser ela a mais preocupada com “a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais que, por sua vez são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos”. Trabalha com a vivência, experiências, com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetivada (MINAYO, 1994, p.24).

Para tanto, a pesquisa baseou-se nas pré-análises, que compuseram uma das etapas do processo de uso de análise de conteúdo. Utilizou-se da entrevista semi-estruturada que subdivide a comprovação da hipótese levantada, ou seja, como as políticas públicas tem contribuído, ou não, para erradicação ou combate contra violência doméstica de gênero na cidade de Campinas 2000-2004. Deste modo, a análise da pesquisa se deu através da divisão categórica, isto é, dentre as questões que compunham a entrevistas, elegeu-se categorias de análises, o que compõem o método marxista.

### **POLÍTICA SOCIAL: CONCESSÃO OU CONQUISTA?**

Segundo Höfling, as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos oriundos da relação entre capital e trabalho (questão social), no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Nestes termos, entende-se que as políticas públicas sociais, têm sempre um corte social, e que por isso, se situam no interior de um tipo particular de Estado. São, portanto formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem "feições" diferentes em diferentes sociedades e, em diferentes concepções de Estado. Deste modo, é impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um

todo. Pensando em termos concretos, as políticas sociais se inserem no contexto do Estado Capitalista, o que significa que ao se analisar as políticas públicas com recorte de gênero, dentro da teoria social marxista<sup>2</sup>, é preciso concebê-la dentro de uma visão dialética e de totalidade.

Para a temática aqui abordada, Offe apud Höfling traz profundas contribuições ao analisar as origens das políticas sociais traçadas pelo Estado Capitalista contemporâneo para a sociedade de classes. O autor, diz que o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalista em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital, a despeito de reconhecer a dominação deste nas relações de classe. Essencialmente voltado para o conteúdo das ações do Estado, Offe tem desenvolvido argumentações na perspectiva de responder as questões básicas que podem ser assim formuladas: como o Estado capitalista atua para preservar as relações no conjunto da sociedade de classes? Quais as relações de interesses na determinação das ações do Estado? Enfim, como se originam a partir de que movimentos de interesses surgem às políticas sociais do Estado Capitalista?

Segundo Höfling, no desenvolvimento do processo de acumulação capitalista e nas crises do capitalismo as formas de utilização tradicionais da força de trabalho se deterioram, são até mesmo destruídas, escapando à competência dos próprios indivíduos a decisão quanto à sua utilização. Em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto e, esta função reguladora, se dá através da política social que é claramente colocada por Offe: "(...) a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado" (Lenhardt & Offe, 1984, apud HÖFLING). O sistema de acumulação capitalista engendra em seu

---

<sup>2</sup> É preciso ressaltar que o marxismo não pode ser entendido como uma única abordagem, como único tratamento dado a qualquer tema. A tradição marxista desdobra-se num amplo espectro de tendências e mesmo teorias, porém acredita-se ainda ser a teoria Social Marxista quem mais tem possibilitado avançar na temática aqui refletida.

desenvolvimento problemas estruturais relativos à constituição e reprodução permanente da força de trabalho e à socialização desta através do trabalho assalariado. O Estado deve "responder" a estes problemas, ou em outros termos, deve assegurar as condições materiais de reprodução da força de trabalho inclusive visando uma adequação quantitativa entre a força de trabalho ativa e a força de trabalho passiva e da reprodução da aceitação desta condição. Deste modo, para Höfling há dois esquemas de argumentação da ciência política: a) a explicação da gênese da política social estatal baseada na teoria dos interesses e das necessidades, a partir de exigências políticas dos trabalhadores assalariados organizados; b) a explicação da gênese da política social a partir dos imperativos do processo de produção capitalista, das exigências funcionais da produção capitalista (Offe, 1984, apud HÖFLING).

Neste sentido, e analogicamente pensando sobre as políticas públicas implantadas e implementadas a partir do recorte de gênero, elabora-se a seguinte questão: As políticas públicas para as mulheres são concessões do Estado Capitalista? ou uma conquista das Mulheres que se organizaram em diversos movimentos e dentro deles reivindicaram sua particularidade?

Partindo da perspectiva marxista do entendimento de política social como totalidade social, e ao mesmo tempo incorporando a perspectiva de lutas de classes verificaremos que o binômio "concessão – conquista" compõe-se por dois conceitos excludentes, ou seja, integra dois termos que se excluem mutuamente conformando, desta forma da perspectiva marxista, um binômio não dialético, pois o termo concessão faz referência ao fato de uma pessoa dar, doar ou outorgar algo a outra pela sua própria vontade, podendo ser essa dádiva produto de um conflito concreto, ou resultante da "graça" evitando um conflito, sem que isso implique em luta ou pressão por parte do concessionário. Por outro lado, falar em conquista implica falar de usurpação. Assim, o ato de conquistar significa tomar alguma coisa pela força, não necessariamente física ou bélica. (Serviço Social e Sociedade n. 53)

Com isso, fica explícito que os termos concessão e conquista, são dois conceitos excludentes. Assim, é preciso salientar que essa

terminologia pode causar equívocos no entendimento das políticas sociais, porque se as vemos como concessão, correremos o risco de entender a sociedade sem conflitos e sem lutas. Para Coimbra (in: Abrantes 1994), que estuda o surgimento das políticas sociais dentro do pensamento marxista, o entendimento das políticas sociais na perspectiva de concessão, incorre no falso entendimento de que, quem tem o protagonismo é o Estado, e, portanto as políticas sociais são entendidas como concessão deste e das classes dominantes. Por outro, a compreensão das políticas sociais como conquista das classes trabalhadoras e dos setores subalternos, aponta o protagonismo destas classes na luta por seus direitos. (Coimbra, in Abranches, 1994: 109-25/apud; serviço social e sociedade, n. 53).

Dentro dessa perspectiva, ainda há incorporação da *luta de classes*, a qual indica uma relação entre sujeitos protagonistas; e a *totalidade*, que implica pensar as políticas públicas a partir de uma ótica tanto política, quanto social e econômica.<sup>3</sup>

Assim, pensar as políticas públicas a partir do recorte de gênero exige reflexão sobre a dinâmica e movimento próprio do Estado nas sociedades capitalistas modernas, pois as origens da política social estão inscritas em um processo de mediação. Deste modo as expressões da questão social que se refletem sobre o gênero não vão ser resolvidos apenas pela ação do Estado ou dos movimentos sociais e de mulheres. É preciso um novo pacto, que resolve o dever do Estado de dar condições básicas de cidadania, garantindo a liberdade. As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder.

As mulheres sempre lutaram por sua liberdade e, em todas as épocas, tivemos exemplos de mulheres excepcionais nas suas ações, resistências e proposições de tratados e manifestações em

---

<sup>3</sup> Para maior análise ver capacitação em Serviço Social e Política Social módulo. Karel Kosik: Dialética do Concreto.

defesa da igualdade. Porém é preciso pensar para além do que é visível ou atingível. Como dito no início deste artigo, as políticas públicas implementadas até este momento no Brasil, são fragmentadas, focalizadas e individualizantes, e assim o é, porque atende a agenda do modelo neoliberal e desregulamentador aqui implantado, e sendo assim, não tem conseguido atingir as reivindicações das mulheres, pois, para tal será necessário antes de tudo compreender o que é identidade de gênero e como nesta categoria se inscreve a categoria patriarcado.

Para Saffiotti, o ser social à medida que se diferencia e se torna mais complexo muda sua relação tanto com a esfera ontológica inorgânica como com a esfera ontológica orgânica, elevando seu controle sobre ambas. Os seres humanos, que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste fenômeno (SAFFIOTTI 2001 p. 48). O patriarcado tem a capacidade de deitar raízes, desde o modo como o meio ambiente é tratado, até a forma como se estabelecem relações na sociedade. Como afirma Saffiotti:

Não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direito sexual aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (2001 p. 65).

Saffiotti defende a idéia de usar, simultaneamente, os conceitos de gênero e de patriarcado. Apesar de algumas feministas rejeitarem o conceito de patriarcado, ele está “no coração da engrenagem de exploração-dominância” (SAFFIOTTI, 2001, 88) e (SAFFIOTTI, apud MACHADO, 2000), na relação homem/mulher, marido/esposa - em especial, no contrato firmado entre ambos por ocasião do casamento - evidencia-se a relação de dominação. Ainda hoje, apesar dos avanços na legislação, possibilitando à mulher escolher se quer ou não acrescentar o sobrenome do seu marido ao seu nome, a maioria delas não é comunicada oficialmente pelos juizes a respeito dessa opção. Quando conhecem a possibilidade, se sentem coagidas pelos próprios noivos, já que, para estes, o fato de a esposa não querer

incorporar seu sobrenome pode significar falta de amor. No limite, antes de se casar, a mulher tem reconhecimento social porque está sob a tutela do pai; depois, porque tem um marido que lhe dá um nome e proteção.

Cabe então ressaltar, que pensar políticas públicas com recorte de gênero exige (des) construir o conceito de gênero e reconstruí-lo como categoria gênero/patriarcado, pois de acordo com Saffiotti e Machado, é necessário trabalhar, ao mesmo tempo, com os conceitos de gênero e de patriarcado em virtude de “gênero e patriarcado serem conceitos distintos, porém não opostos”. O patriarcado possui um conceito fixo contendo, no seu bojo, a dominação masculina. Já o conceito de gênero remete a relações não fixas entre homens e mulheres. Nesse sentido, as relações sócio-simbólicas são construídas e podem ser transformadas. Segundo Machado (2000, p. 4):

O conceito de gênero não implica deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de patriarcado parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re) conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade.

Deste modo, o patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais (SAFFIOTTI, 2001). É ele que traz as ferramentas explicativas para as desigualdades (SAFFIOTTI, apud WILLIAMS). As diferenças sexuais presentes no ser macho ou fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres. A questão das políticas públicas com recorte de gênero é um exemplo típico de como as desigualdades se manifestam. . Incapaz de se questionar sobre “quem é essa mulher brasileira?”, recai-se nos mitos da fragilidade (visão da mulher santa; imagem de Nossa Senhora), que historicamente justificou a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, ou da mulher forte, independente, e por isso, muitas

vezes masculinizadas (vistas como perversoras, prostitutas, a visão da Eva).

Não se conseguindo enxergar quem de fato são estas mulheres, estas acabam sendo negligenciadas socialmente e pelo Estado. Na construção dos papéis de gênero, fica explícito o pouco entendimento sobre a questão e, sendo ela não entendida, fica fácil a perpetuação da construção desigual entre os sexos.

Para Avelar (2001), as mulheres são um ótimo exemplo do longo caminho a se percorrer na luta pela extensão real dos direitos de cidadania e da democratização das políticas sociais. Segundo a autora, os mecanismos reais de democratização só se efetivam quando se concretizam em políticas públicas de “igualação” de todo e qualquer indivíduo independente de seu sexo, raça, nacionalidade e situação social.

Considerando ser este o enfoque principal deste trabalho, é preciso ressaltar a necessidade de um compromisso efetivo do Estado na implementação de políticas públicas, sob a ótica de gênero, frente aos prejuízos ao desenvolvimento pessoal e social que atingem as mulheres.

Assim, para se estudar políticas públicas, Gênero/Patriarcado; é preciso ter como referência a problemática da relação entre estas políticas e o Estado. Até recentemente, o Estado não assumia, e ainda não assume de todo, a responsabilidade com a construção dessa desigualdade de gênero, raça/ etnia. Portanto, ainda é muito recente a entrada deste debate e destas ações junto ao Estado. Com o final da ditadura militar e o fortalecimento da organização dos movimentos sociais e o de mulheres, o Estado passou a dialogar com as demandas das mulheres.

O movimento de luta por creches; carestia; a participação das mulheres nos movimentos de saúde, educação, moradia e direito humanos; é um marco importante deste processo. Ao longo da década de 1980, a renovação do poder público levou grupos de mulheres a se organizarem em torno de propostas específicas de luta contra a violência. As mulheres, como protagonistas sociais, inauguraram um diálogo com o Estado, ou pelo menos, com setores mais abertos do poder. E nesse diálogo, destacaram as reivindicações de políticas públicas, que deveriam coibir, tanto a violência do Estado, quanto à violência de outros poderes sociais.

## RESULTADOS:

Como discutido aqui, gênero e patriarcado são categorias muito complexas e difíceis de serem analisadas. E, essa complexidade tem se refletido na construção e ou implementação de políticas públicas para as mulheres. Para além do conflito velado no entendimento da categoria gênero/patriarcado o Estado patriarcal capitalista tem cuidado para negligenciar a luta das mulheres por acesso aos direitos fundamentais, sociais e de cidadania, minimizando os conflitos existentes na e para formulação das políticas públicas, e de certo modo negando o movimento dialético no qual tem conquistado espaço significativo às mulheres, reduzindo as políticas públicas e seu entendimento ao binômio concessão/conquista. Deste modo, coloca às mulheres uma necessidade de fortalecimento de sua identidade e de reivindicação.

Embora a violência esteja muito presente no cotidiano das mulheres, desde as formas mais sutis até as mais brutais, o combate e a prevenção apenas recentemente passaram a fazer parte da agenda do poder público no Brasil. É dever do Estado combater a violência contra as mulheres e dar apoio e assistência às mulheres que são vítimas de violência. Para tanto, se faz necessário ações que conjuguem as diversas áreas da prefeitura e das entidades não governamentais, pois avaliar e discutir o que são políticas públicas exige pensá-las a partir de ações integradas. Parte-se do princípio de que, uma das principais dificuldades encontradas pela mulher que está buscando romper com uma relação conjugal/afetiva violenta, é exatamente o fato de que no Brasil não é possível contar com uma política de seguridade pessoal que permita aos indivíduos (homens e mulheres), terem autonomia, vida própria, condições de desenvolver uma vida independente e de romper com uma vida de violência pessoal.

Isso significa que, quando uma mulher vítima de violência procura romper com o ciclo de violência, ela normalmente encontra dificuldades e, estas dificuldades se dão pela falta de autonomia, não só do ponto de vista pessoal/individual, mas também devido às dificuldades econômicas. A mulher sai com a responsabilidade pelos filhos e, nesse sentido, não ter possibilidades de oferecer a elas alternativas de moradia, de emprego, de renda e de escola para os filhos significa uma

dificuldade muito grande de recomposição pessoal. Por essa razão, o papel do Estado na criação de políticas emancipatórias é fundamental, pois é através delas que se criará condições efetivas para que as mulheres em situação de violência sejam “cuidadas”.

Neste sentido, percebe-se que também é fundamental construir redes de apoio emergencial para garantir que as mulheres possam chegar ao serviço psicológico ou a outras necessidades providas pelos diversos serviços nas áreas de Saúde, Trabalho, Desenvolvimento, Educação e Assistência Social e, deste modo, pensar as políticas públicas de forma ampla, para que estas sejam instrumentos às mulheres para saírem da situação de violência.

Outro aspecto importante na construção de políticas públicas para mulheres em situação de violência, é a construção de uma política geral de prevenção à violência contra as mulheres: uma política anti-discriminatória e ampla, que considere a discriminação de gênero e que dê estatuto e legitimidade à construção de igualdade entre homens e mulheres. Para tanto, a participação da Coordenadoria Especial da Mulher deverá discutir aspectos educativos, culturais, ideológicos e comportamento. Neste sentido, deve-se buscar construir políticas com a Secretaria de Educação, difundindo uma educação não sexista, voltada à igualdade, e que previna a violência de gênero nas escolas.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Diante do exposto, verifica-se que a realidade das mulheres vítimas de violência de gênero é complexa. E, esta complexidade se dá porque a violência doméstica se manifesta de diversas formas e atinge todas as classes sociais. Deste modo, acredita-se que a construção de papéis de gênero mais igualitários possibilitaria sua desnaturalização e impulsionaria sua erradicação, o que exige compromisso efetivo e real do Estado; porque o Estado, através de suas inúmeras instituições sociais como a igreja, a escola, família, partido político, entre outros; tem meios de possibilitar essa transformação.

Em todos os tempos, o homem procurou o estado de Bem-Estar Social e, este se tornou objetivo expresso da política social. O Bem-Estar humano não pode ser definido como bens e serviços, mas a justa distribuição desses bens constitui parte integrante da

política social. Pois, embora as políticas sociais no Brasil sejam vistas como sinônimos de assistência e filantropias porque passivas e principalmente dependentes do mundo globalizado, assumem sempre posições ditadas pelos Estados Unidos. A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi chamada de “Constituição Cidadã”, pois se baseia em equidade e direitos sociais universais. Para Faleiros e Volpi, “Embora a Constituição tenha um caráter liberal no seu todo, assentado na defesa dos direitos individuais, da propriedade e do mercado; ela consagrou direitos aos trabalhadores, à mulher, ao índio, à criança, ao negro, ao meio ambiente e à seguridade social (previdência, assistência e saúde), nunca antes estabelecido com tal força e tal clareza”. (Faleiros&Volpi, 1998, p.40).

Neste sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS 1999) é uma lei complementar da Constituição. Ela coloca a assistência social como política pública no tripé: seguridade social, previdência e saúde. Denomina a política pública como universal no atendimento, e específica na clientela.

Apesar dos avanços conquistados através da legislação que asseguram direitos sociais na perspectiva do Welfare State (ex: Estatutos da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, LOAS, etc), a efetivação destas é um campo de lutas que refletem a condição de um país dependente de uma orientação neoliberal na condução de suas políticas.

Só as lutas determinam os avanços sociais presentes na sociedade capitalista, embora a mídia no Brasil encoberte e minimize a importância dos movimentos sociais e das lutas sociais, para que as classes dominantes possam relativizar a sua importância.

Só, os movimentos e as lutas sociais não irão conseguir ultrapassar os empecilhos que encontrarão frente à realidade opressora. Deste modo, cabe aos sujeitos sociais a construção e a transformação das relações sociais. O movimento de mulheres nesta luta será fundamental porque só através da construção de homens e mulheres iguais as opressões causadas por essa dicotomia serão erradicadas.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para a criação de mecanismos de avaliação das políticas públicas municipais para o combate e erradicação da violência de gênero. Que o Estado, através da prefeitura, possibilite políticas públicas que visem à

autonomia e emancipação da mulher, de modo que ela possa ser novamente protagonista de sua própria história, subsidiando assim, as entidades sociais que têm trabalhado para a construção da cidadania das mulheres em situação de violência, pois estas se fazem presentes, onde o Estado se faz ausente.

Espera-se que de alguma forma esse trabalho também aponte a criação, implementação e ampliação das políticas públicas em Campinas. Que a desconstrução de gênero seja pensada e articulada com toda a sociedade, pois como visto, quando ela se articula com os diversos movimentos sociais, entidades não governamentais e o Estado, as mudanças acontecem.

ROCHA, Q. V. D.; SANT'ANA, R. S. Social politics for women victims of violence: concession or conquest? *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 160-181, 2009.

- *ABSTRACT: The social construction of the gender relationships has been happening in a way to determine the existence and the reproduction of the masculine and feminine holes. These holes have been attributing to women and men, excluding and nested social positions. Although the woman has conquered significant progresses in the field of the rights, she still persists as an excluded social category, demanding this way, the recognition of the problem as a problem of all and, therefore, of the State. In this sense, the article now presented, will bring some reflections raised on the research elaborated for the defense of Bachelor's title presented to São Paulo State University "Júlio of Mesquita Filho" FHDSS (campus Franca) as well as from the experience propitiated with the collective of Gender of MST (Rural Workers Without Land Movement) in the region of Ribeirão Preto/SP through NATRA (Earth and Root Agrarian Nucleus) and from the apprenticeship in INCRA (Institute of Colonization and Agrarian Reform). In this sense, it will try to contribute for the debate: Social Politics: Concession or Conquest?*
- *KEYWORDS: gender. public politics.*

## REFERÊNCIAS

A POLITICA Social nos Documentos da XVI Conferencia de Bem-Estar Social. *Debates Sociais*, ano 4, n. 17, p. 5-11, 1973.

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: O ponto de vista marxista*. São Paulo; Nobel, 1986.

- ARDAILLON, Daniele; DEBERT, Guita Grin. *Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher: Centro de Estudos e Documentação Comunitária, 1987.
- ARENDDT, A. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ARENDDT, A. *Sobre a violência*. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na política brasileira*. Ed. Unesp 2001
- AZEVEDO, MA. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BANDEIRA, Lourdes e SUAREZ, Mireya (Orgs.) *Violência e crime no Distrito Federal: Paralelo 15*, Brasília Universidade de Brasília, 1999.
- BARBIERI, Teresita. *Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife, SOS Corpo. 1992.
- O BEM-ESTAR: Conceito de ciência social e objetivo de política social. *Debates Sociais*. ano 15, n. 29, p. 5-17, 1979.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. v.1.
- BLAY, Eva Alterman (Org). *Igualdade de oportunidades para as mulheres*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BOURDIEU, Pierre . *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas*, São Paulo:Vértice 1990.
- BRUSCHINI, M. C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- BRUSCHINI, M. C. e ROSEMBERG, Fulvia. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BRUSCHINI , Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC, 34. ed., 2002.
- Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 160-181, 2009*

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes: Petrópolis, 1998.
- CARVALHO, M. G; NASCIMENTO, T. C. *Sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero*. Relatório, 2002.
- CADERNOS CEPIA; *Violência contra a mulher e Cidadania: Uma avaliação das políticas públicas*. Rio de Janeiro 1994.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. Rio de Janeiro: Zahar. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Repressão Sexual: Essa Nossa (des)Conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?* Cadernos de Pesquisa, 198. Perspectivas Antropológicas. Rio de Janeiro: Zahar. 1984.
- CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. (mimeo)
- CONVENÇÃO de Belém do Pará. São Paulo: OEA/CLADEM/IPÊ. Agosto 1996.(mimeo)
- COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. *Cadernos Pagu*, v. 2, p. 141-174, 1994.
- DECLARAÇÃO sobre a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Beijing, 1995.(mimeo)
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. apresentação Antônio Roberto Bertelli. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais*. São Paulo: Cortez, 1980

FREUD, S. *Por que a guerra?* Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Imago, Rio de Janeiro. 1980.

GREGORI, Maria Filomena. *A violência conjugal na ótica do feminismo brasileiro*. Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOFLING, Heloísa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes, ano 21, n. 55, novembro de 2001.

Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 36, p. 84-100, 1991.

LIMA JUNIOR, Luiz Pereira de. *Gênero e Educação*. Conc. João Pessoa, v.4, n 6, p.1-180 Jul./Dez.2001 Disponível em: <[http://www.adufpbjp.com.br/publica/conceitos/6/art\\_01.PDF](http://www.adufpbjp.com.br/publica/conceitos/6/art_01.PDF)>. Acesso em: 1. jun. 2004

LOBO, E. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: *Costa*. 1992.

MACHADO, L. Z. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* SBP. 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf.pdf>>. Acesso em : 31. maio. 2004.

MASSUNO, Elizabete. Superar a violência. Delegacia de Defesa da Mulher: uma resposta à violência de gênero. In BLAY, E. A. (Org). *Igualdade de Oportunidades para as mulheres*. São Paulo: Humanitas, 2002.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *O fenômeno da exclusão social no Brasil*. Revista INED n. 3, 1996.

Neoliberalismo e Políticas Sociais. *Serviço Social & Realidade*, v. 4. n. 2, p. 35-55, 1995.

OFFE, Claus. Algumas contradições do Estado Social Moderno. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, v. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1991.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1984.

PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

POLITICA SOCIAL NO BRASIL: Algumas reflexões sobre ECA e LOAS e a luta dos trabalhadores na efetivação dos direitos sociais. *Serviço Social & Realidade*, v. 8.n. 2, p. 29-39, 1999.

PRADO, D. & OLIVEIRA, C. F, Relacionamento entre homens e mulheres nas camadas de baixa renda: amor e violência. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 1982.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Violência doméstica: a face perversa das relações de gênero*. São Paulo, 2002.

SAFFIOTTI, Heleieth. Exploração sexual de crianças In: AZEVEDO, M; GUERRA, V. *Crianças vitimizadas: síndrome de pequeno poder*. São Paulo: Ed. Iglu, 1989.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher: [estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil]*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Eqüidade e paridade para obter igualdade. *Revista O social em questão*. Ano I, n.1 , jan-jun, 1997.

\_\_\_\_\_.; AMEIDA, S. S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

\_\_\_\_\_. *Gênero e patriarcado*. Inédito, jan/ 2001.

\_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica: do privado ao público. In: *Significados da violência*. Presença de Mulher, n. 31, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência estrutural e de gênero. Mulher gosta de apanhar? In: *Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher - Plano Nacional: Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres*.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. Brasília, 2003.

SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria Útil de Análise Histórica.* Educação e Realidade, 1995.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. *Gênero no mundo do trabalho.* 2000.(mimeo)

SOARES, Bárbara. Delegacia de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau In: SOARES, Luiz Eduardo (ORG). *Violência e política no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.

SOARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres invisíveis.* Violência conjugal e novas políticas públicas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOREL, G. *Reflexões sobre a Violência.* Coleção Tópicos, São Paulo, Martins Fontes, 1992.

TELLES, Maria Amélia de Almeida e MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher.* São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos: 314, 2002.

Sites Visitados:

<<http://www.scielo.br>> e <<http://www.fundaj.gov.br>>

Artigo recebido em 10/2009. Aprovado em 11/2009.